

## MÃOS À OBRA... DA TRADUÇÃO

Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho  
CETAPS (Centre for English Translation and Anglo-Portuguese Studies)/  
FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia)/ISAG (Instituto Superior  
de Administração e Gestão)  
jorgeapinho@netcabo.pt

**Resumo:** Partindo das opiniões expressas por vários tradutores portugueses em elementos paratextuais publicados em diversas obras traduzidas, procede-se a uma abordagem sociológica do desempenho tradutório. É essencial a ideia de que um tradutor empenhado tem de possuir um conjunto de saberes essenciais à concretização do trabalho de tradução, ainda que deles possa não estar totalmente consciente. Neste artigo procuramos fazer, ainda, uma descrição breve de algumas tarefas adstritas ao ofício do tradutor e aos seus modos de execução. As estratégias ou as condicionantes presentes nos textos a traduzir são alguns dos fatores a ter em conta. Mas também é indispensável considerar o conjunto de recursos de que o tradutor se poderá servir, como por exemplo, as notas de tradução, para produzir e conseguir ver editada uma tradução literária ou não literária.

**Palavras-chave:** Tradução para edição; notas de tradução; marcas autorais; imposições editoriais; invisibilidade do tradutor.

**Abstract:** Departing from several opinions of Portuguese translators published in para-textual elements associated to translated works, there is a move towards a sociological approach of translational performance. It is essential to refer the idea that a committed translator needs to be highly prepared to be able to do any kind of translation work, although he may be unconscious of his own knowledge. In this article there is an attempt at describing briefly some of the tasks associated to the translator's work and to its execution modes. The strategies or other types of conditioning found in the texts to translate are some of the factors that have to be taken into consideration. However, it is also indispensable to know the set of re-

sources that a translator has at hand, such as translation notes, to produce and publish a literary or non-literary translation.

**Keywords:** Translation for publishing; translation notes; authoring marks; publishing impositions; translator's invisibility.

### 1. Para a execução de uma tradução

Normalmente, não é fácil para o tradutor fazer uma descrição completa do modo como forma as ideias que a pouco e pouco vai retirando do texto a traduzir e depois as transmite. Também não é fácil para o tradutor descrever o processo mental que o conduziu a fazer cada uma das escolhas lexicais de que se serviu. Na medida em que não existem regras rígidas que determinem os pensamentos e as ações de cada tradutor, ainda que fossem formuladas apenas como regras individuais, e como também não há leis de tradução que imponham as formulações consideradas mais adequadas, não se pode afirmar que haja certezas ou sucessos absolutos (*cf.* Weaver, 1989, p. 117).

Entre os fatores que parecem desempenhar uma importância decisiva na determinação dos métodos a utilizar e na seleção das opções finais para a execução da tradução por parte do tradutor, encontram-se evidentemente o cotexto que envolve cada unidade a traduzir, mas também o contexto envolvente do próprio tradutor, nomeadamente: a cultura em que vive, a língua para a qual traduz, as informações anteriores e posteriores que têm armazenadas na sua própria memória ou das quais se serve, enfim, tudo o que o rodeia no momento em que executa a tradução e que sente necessário utilizar para produzir o trabalho final.

A tradução do que foi criado pelo autor no texto original deverá resultar, portanto e na opinião da grande maioria dos tradutores, da ponderação por parte do tradutor de uma série de fatores que vão desde a compreensão das intenções do autor até à adequação da

mensagem que é transmitida para um fim específico, mas também passa pela análise das propriedades semânticas, sintáticas, fonéticas, idiomáticas, etc., dos textos originais. Por fim, os tradutores referem-se à necessidade de alcançar uma transferência apropriada de todas as características singulares do texto original de tal modo que o texto de chegada se adeque às normas da língua de chegada, sendo convenientemente lido e entendido pelos destinatários, mas conservando, tanto quanto possível, o que o tornou único e irrepetível na língua original.

## **2. Imposições editoriais**

Não pode deixar de se dizer que há restrições de ordem editorial ao exercício da atividade estrita do tradutor que implicam da parte deste uma adaptação às mais diversas situações e uma capacidade de remodelação ou de aceitação constantes. Alguma dessas restrições interferem diretamente e servem de limite ao trabalho de tradução. Como exemplo, devem mencionar-se as obrigações contratuais determinadas entre os editores que têm os direitos de publicação da obra ou imposições do próprio autor, e que reservam o direito à tradução, ou à não tradução, de determinados elementos constantes da obra a traduzir. Nesses casos de alteração das regras, partindo de um pressuposto imposto por uma entidade exterior, ainda que o tradutor sinta a imperfeição, ou a necessidade de alteração do texto, apenas se pode limitar a colocar objeções, mas sabe de antemão que delas pouco mais resultará do que a expressão de um grito de revolta.

Tais imposições poderão advir, como já se disse, de obrigações contratuais, que, por serem anteriores ao trabalho a executar, funcionam como balizas delimitadoras do trabalho, mas, na prática, podem servir mesmo como regras de censura. Esse controle do autor e da respectiva editora, ou mesmo da editora nacional a quem são cedidos os direitos de publicação sobre a obra original e que

depois os impõe ao tradutor, não seriam lesivos dos interesses dos tradutores caso fossem encarados como elementos catalisadores da difusão da obra original. Mas às reservas acerca dos direitos autorais há ainda que acrescentar as limitações editoriais impostas pelos autores, pelas respectivas casas editoras ou mesmo pelos editores nacionais, que, em conjunto ou isoladamente, restringem, por vezes de forma estranha, o trabalho de transposição interlinguística dos tradutores.

Ora, se dos editores se espera que cumpram uma função de divulgação e que promovam mesmo a tradução não é, de forma nenhuma, desejável vê-los na posição de censores... Fato que até acontece ocasionalmente, como afirmou Paulo Quintela no prefácio a *Poemas e Canções*, de Bertolt Brecht, durante o período de ditadura do Estado Novo, em Portugal:

Dos muitos centos de poemas de Bertolt Brecht que para aí tenho traduzidos há anos – e que, se publicados, dariam vários volumes como o presente –, fiz em tempos esta primeira apanha para imediata publicação. Chegou mesmo a ser anunciada por casas editoras que, por uma ou por outra razão, se não aventuraram a pô-la em letra de forma. Tristezas... Mas, no meio delas, há também uma boa graça que, por ser reveladora dos homens e dos tempos e da cultura desta santa terrinha, merece ser contada. – Depois de me ter retido o manuscrito durante longuíssimo tempo, o corajoso negociante de papel impresso sugeriu-me que organizasse outra antologia de Brecht em que não aparecessem poemas sobre a Guerra e a Revolução... Que tal? (Quintela, 1975, p. ix)

Ainda a título de exemplo de outros aspectos editoriais impositivos sobre o tradutor e sobre o seu trabalho, veja-se a opção seguida por Oriana Fallaci, e respectiva editora original, na obra *INCHALLAH*, cuja tradução, de Miguel Serras Pereira, teve de ser revista e remodelada em função dos critérios da autora, embora es-

ses critérios entrassem em contradição com o que é a grafia-padrão do português:

A tradução e as provas da presente obra foram, por exigência contratual sujeitas à aprovação da Autora e da sua Editora original, a Rizzoli Libri. Quaisquer eventuais discrepâncias que os leitores possam notar relativamente à grafia-padrão do português, nomeadamente no que toca ao uso de letras maiúsculas e minúsculas, resultam de critérios a que fomos, pois, inteiramente alheios. (Pereira, 1992, p. 7)

Será que regras como essas devem ser assim impostas e aceitas, sem se ter em conta um conhecimento efetivo da língua de chegada e sem atender às observações críticas que certamente tradutor e editor portugueses manifestaram à autora e ao editor originais? Apesar da contestação evidenciada relativamente às opções e, ainda que devidamente salvaguardado, o tradutor terá acabado por ser pressionado a agir em função de ordens que delimitaram o seu trabalho. Pior do que isso, o tradutor sentiu que a avaliação do trabalho que desenvolveu poderia ser negativa em virtude das alterações impostas e que não eram da sua responsabilidade. Embora a importância dessa condicionante possa ser mais limitada caso as instruções “de encomenda” sejam previamente conhecidas, esse poderá ser, de fato, um obstáculo à execução do trabalho.

As imposições contratuais têm habitualmente como intermediário o editor que pretende ver a obra publicada em português e que é obrigado a aceitar ou impor regras que também lhe foram impostas, e com as quais pode ou não concordar. Contudo, enquanto filtro inicial, o próprio editor deveria clarificar e esclarecer a impossibilidade de adoção de determinadas regras no texto traduzido. No entanto, em regra, verifica-se que na ânsia de conquistar a possibilidade de publicação de determinada obra, ou por outros motivos, os editores da língua de chegada aplicam, quando não impõem, regras externas ou normas muito próprias ao trabalho do tradutor.

Será que a influência, ainda que ligeira, do editor nacional sobre o trabalho do tradutor deveria ser permitida? Veja-se um outro exemplo, na tradução da obra *iCon*, de Jeffrey S. Young e William L. Simon:

Considerando as associações possíveis do título original desta obra – *iCon* – entendeu-se inicialmente que o título usado fosse precisamente a tradução literal para português do termo inglês, ou seja *Ícone*. Deste modo, pretendia-se uma referência clara a Steve Jobs como pessoa emblemática para a área da informática e de uma certa atitude na área da gestão. Além disso, a palavra portuguesa *Ícone*, enquanto identificativa do elemento gráfico que nos sistemas operativos ou em programas com interfaces gráficas representa determinado objeto, operação ou hiperligação, e que é accionável por meio de um clique do rato, serviria também para estabelecer essa outra associação de ideias na língua portuguesa que também pode ser vista como intenção do original.

No entanto, acabou por se concluir que só a utilização na versão portuguesa do original *iCon* respeitaria globalmente o conceito subjacente à escolha do título sem comprometer a compreensão dos diversos significados da palavra *Ícone*, independentemente de os leitores dominarem ou não a língua inglesa. *iCon* conserva assim uma ideia fundamental para os autores, nomeadamente a associação imediata entre o título e os produtos e marcas do universo criado por Steve Jobs (*iMac*, *iPod*, *iTunes*, *iPhoto*, etc.). (Pinho in Young, 2005, p. 4)

Estes obstáculos são tanto mais difíceis de superar quanto maior for o afastamento entre todos os intervenientes no processo. Em particular no caso de a distância espacial ou temporal entre autor e tradutor ser demasiada, e portanto não ser viável ao tradutor solicitar ao autor esclarecimentos acerca das imposições, ou, pelo

menos, ter uma atitude mais aberta e mais compreensiva para com as necessidades de alteração na transposição para uma nova língua do texto original.

Como exemplo final de tais situações veja-se o que escreveram Armando Morais e Yvette Centeno, tradutores de *Crítica literária: Breve história*, de Cleanth Brooks, que tiveram de aceitar regras contratuais já estabelecidas:

A versão portuguesa destas citações [do latim e do grego] parte, mercê de cláusulas existentes no contrato de tradução, do texto inglês apresentado pelos Autores da presente obra. Faz-se esta declaração a fim de prevenir possíveis estranhezas por não se haverem preferido versões eventualmente mais próximas do original, ou inclusivamente outras já publicadas em português, uma vez que a versão de uma versão corre sempre o risco de se afastar grandemente do pensamento e da forma do original primitivo. (Morais e Centeno, 1980, p. 3)

### 3. Marcas especiais do autor

A tradução como meio interlinguístico de expressão permite muitas variações e naturalmente muitas interpretações, particularmente quando está em causa não só o que o autor tentou transmitir, mas também como o transmitiu, isto é, o estilo do original (*cf.* Gutt, 1991, p. 123). O estilo individual de um autor ou, tal como aqui se designa, a sua marca especial, é a solução preferida por esse autor para exprimir a sua visão do mundo, quando, por exemplo, através da sequência de palavras forma frases em que manifesta as suas características individuais como escritor. Sendo o estilo de um indivíduo um sistema de linguagem usado num conjunto determinado de palavras – por exemplo num texto – ele serve também para

que o indivíduo em questão influencie dessa forma, e através desse meio, o mundo que o rodeia. O estilo é naturalmente, e por norma, indissociável da mensagem a transmitir e a transposição de ambos para a língua de chegada parece ser, de acordo com as palavras dos tradutores, uma tarefa indispensável na prossecução do objetivo final de uma tradução.

Independentemente das intenções de cada autor há uma panorâmica individual e social que influencia o seu estilo. O tradutor, que vive num outro ambiente e que tem uma perspectiva intelectual diferente, está normalmente afastado dessa ambiência específica e dessa perspectiva particular, embora no desempenho da sua atividade tenha de ser capaz de apreciar corretamente o valor das intenções particulares do autor e de as transmitir (*cf.* Hatim & Mason, 1990, p. 10).

A perspectiva estilística, aliada à dimensão comunicativa dos textos originais, fez com que os teóricos literários prestassem extrema atenção às propriedades estilísticas presentes nos textos literários e exigissem da tradução a manutenção e conservação dessas mesmas características nos textos traduzidos. Conscientes dessa tarefa, os tradutores têm tentado, ao longo dos tempos, vestir a pele de camaleões e servir de porta-voz aos estilos e mensagens dos autores, correspondendo assim a padrões comunicativos, mas também a normas literárias.

Em geral, as observações sobre o estilo do autor elaboradas pelos tradutores, e normalmente preliminares à tradução da obra, pretendem retratar características literárias do autor, cuja influência terá suscitado momentos de reflexão e até mesmo a adoção de determinadas atitudes tradutórias. Apesar de todos os esforços de fidelidade, por vezes o trabalho do tradutor encerra algumas desilusões, como refere Daniel Gonçalves a propósito de *Correspondência*, de Lawrence Durrell e Henry Miller:

Poucas linhas mais: não foi tarefa fácil traduzir esta «Correspondência» onde se alternam dois autores de estilos tão



diversos. Esperamos contudo dar ao leitor uma ideia – uma simples ideia... – da forma original.

Nenhuma tradução pode, por mais cuidada e competente, transmitir o estilo de Durrell sem lhe empanar a beleza ou comunicar a prosa de Miller nem lhe amortecer o vigor. (Gonçalves, 1964, p. xviii)

#### **4. Notas de tradução**

Conforme se constatou em muitas referências, a opção pelas notas de tradução – iniciais, de rodapé ou finais – constitui um suporte ao trabalho desenvolvido pelo tradutor, servindo de justificação ou complementando o texto traduzido. Em alguns casos as notas servem principalmente para o leitor, mas poderão servir como referência do tradutor a elementos fundamentais na contextualização e afirmação de conhecimento sobre o assunto traduzido.

As notas únicas, no início ou final das obras, revestem-se de um caráter informativo acerca do autor ou da obra em questão. Por vezes, representam um sinal de afirmação e tornam-se a marca identificadora do tradutor como comentário ao desempenho da tarefa. As outras notas, normalmente mais curtas e colocadas em rodapé ou no final das obras, servem a propósitos mais imediatos e funcionais de prestação de informação aos leitores. Aliás, as notas surgem sempre como um elemento de concessão ao leitor e à eventual necessidade de este perceber melhor o que se encontra na obra.

Assim, conforme afirma Peter Newmark, as notas servem essencialmente para os tradutores acrescentarem à versão original do autor informações adicionais: de caráter cultural, quando atendem a diferenças entre a cultura da língua de partida e a cultura da língua de chegada; de ordem técnica, quando estão relacionadas

com o tema tratado; ou de ordem linguística, quando surgem como forma de explicitação do significado das palavras. Além disso, as notas dependem essencialmente do tipo de exigências ou dificuldades que o tradutor julga que serão sentidas pelos leitores na língua de chegada (*cf.* Newmark, 1988, p. 91).

No entanto, e como se pode notar em alguns casos, as notas surgem como auxiliares de um trabalho de interpretação e contextualização que o autor pretendia que fosse realizado pelos leitores, independentemente da sua língua e/ou cultura. Por vezes, as notas explicativas surgem como resultado de um trabalho de comentário e de interpretação realizado ao longo de anos por intervenientes e analistas do processo de criação literária, e que permitiu ao tradutor uma perspectiva diferente da obra original, porque filtrada por observações diversas. Nesses casos, as notas representam naturalmente acréscimos, que poderão ser eventualmente considerados supérfluos em relação à obra original.

Na medida em que funcionam como um recurso (*cf.* Gutt, 1991, p. 197, n. 9), as notas explicativas são também muitas vezes postas de parte e os tradutores preferem expressar-se no texto traduzido através de uma palavra ou de uma frase adequada, que evoca a situação descrita e o carácter eventualmente simbólico ou o objetivo que ela pretende realçar, em vez de impor a sua intervenção e assim quebrar o pacto de não existência que os tradutores normalmente assumem no exercício da sua atividade.

Para alguns tradutores e, na maioria das vezes para os editores, é igualmente relevante o fato de um meio suplementar, como o são as notas do tradutor, poder servir simplesmente para aborrecer alguns leitores. Até porque as notas fazem com que se perca o fio de leitura e porque o leitor sente que os desvios terão sido provocados por “intervenientes menores” no processo de criação da obra e, por conseguinte, abstêm-se de as ler.

Além disso, é de salientar que os editores se manifestam frequentemente contra a utilização das notas, na medida em que elas encarecem o produto final, tal como refere Alfredo Margarido

acerca das suas notas de rodapé na tradução de *Retrato do artista quando jovem*, de James Joyce:

Senti-me também obrigado a multiplicar as notas de rodapé, que naturalmente encarecem a edição, por me parecerem elas indispensáveis, a partir do momento em que convinha dar a compreender a importância da reflexão histórica que percorre este romance de ponta a ponta. (Margarido, 1989, p. 14)

Na maioria dos casos, as notas explicativas são efetivamente uma concessão de caráter comunicativo (*cf.* Hatim & Mason, 1990, p. 18) que visa estabelecer um elo de compreensão entre o que o tradutor interpretou e sentiu que estava implícito no texto de partida e aquilo que o leitor da língua de chegada encontra no texto traduzido. Especialmente nos textos literários, em que as alusões a outros elementos literários são frequentes, os tradutores optam por notas explicativas, tal como salienta André Lefevere:

On the whole, most translators do not try to convey the literary allusions, except in an “explanatory note.” Maybe because allusions point to the final, real aporia of the translation, the real untranslatable, which does not reside in syntactic transfers or semantic constructions, but rather in the peculiar way in which cultures all develop their own “shorthand,” which is what allusions really are. (Lefevere, 1992, p. 56)

## 5. Algumas conclusões...

Face à regularidade da sua apresentação e referência no que diz respeito ao processo de execução de uma tradução por parte dos

tradutores, a importância das marcas autorais parece ser um fator decisivo para a adoção que fazem de determinadas estratégias de tradução, que consideram mais adequadas, e também para a compreensão que obtêm do texto original.

É quase sempre com base nas indicações sobre aspectos como a pontuação, as peculiaridades linguísticas utilizadas, a inserção de determinados elementos de ordem cultural ou a forma do texto original, que os tradutores retiram ilações quanto ao espírito e às intenções do autor. Ou seja, na tradução que fazem os tradutores parecem assentar as suas ideias sobre um princípio necessariamente falível, que é o fato de desenvolverem uma interpretação pessoal do texto, o que inevitavelmente sujeita essa interpretação às críticas e às apreciações divergentes de outras interpretações.

Como tal, as marcas autorais presentes no texto original são interpretadas e reproduzidas pelo tradutor no texto traduzido segundo a sua perspectiva pessoal, ainda que essa perspectiva seja moldada pelos fatores de determinação cultural que influenciam o modo como qualquer pessoa lê (ou traduz), em função do tempo e do lugar em que desenvolve a sua atividade.

As afirmações dos tradutores sobre as preocupações que os atormentam e os objetivos que procuram alcançar ao longo do processo de tradução giram também em torno de um outro eixo fundamental: a fidelidade ao texto original e às pressupostas intenções do autor. Como consequência, o tradutor parece assumir uma atitude de invisibilidade perante a força e a capacidade criadora do autor.

Mas, paradoxalmente, e porque salienta com alguma frequência a sua capacidade (re)criadora e se assume frontalmente como capaz de reproduzir na língua para a qual traduz as ideias, a criatividade, a forma e todos os outros elementos que o autor terá utilizado no texto original, o tradutor parece querer anular, deliberadamente, a capa da invisibilidade. Naturalmente, devido à existência das barreiras interlinguísticas e à superação que tenta fazer dessas mesmas barreiras, o tradutor sente que tem todo o direito a valorizar a sua intervenção. Todavia, quando essa atitude de invisibilidade é pos-

teriormente anulada – em muitos casos por causa dos auto-elogios que o tradutor teima em pronunciar – poderá soar a falso e servir para criar no leitor um sentimento de insegurança e desconfiança relativamente ao tradutor e ao seu poder e/ou capacidade de alterar a obra original.

Desse modo, essas estratégias poderão tornar-se geradoras de maior invisibilidade ou, pelo contrário, de maior saliência na produção textual. Contudo, estas não são alternativas polarizadas entre a visibilidade ou a invisibilidade absolutas, pois verificam-se algumas posições intermediárias de inúmeros tradutores, principalmente motivadas por particularidades do texto a traduzir e da língua e cultura a que o texto pertence.

Ainda assim, o papel de escritores invisíveis, alegadamente assumido por vários tradutores, não pode, nem deve, ser considerado verossímil, mas antes como uma tentativa de (falsa) humildade...

## Bibliografia

GONÇALVES, Daniel. Introdução. In: DURRELL, Lawrence; MILLER, Henry. *Correspondência*. Trad. Daniel Gonçalves. Lisboa: Ulisseia, 1965.

GUTT, Ernst-August. *Translation and relevance*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1991.

HATIM, Basil; MASON, Ian. *Discourse and the translator*. London/New York: Longman, 1990.

LEFEVERE, André. *Translation, rewriting & the manipulation of literary fame*. London/New York: Routledge, 1992.

LEFEVERE, André (ed.). *Translation / history / culture*. London/New York: Routledge, 1992.

MARGARIDO, Alfredo. Prefácio. In: JOYCE, James. *Retrato do artista quando jovem*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Difel, 1989.

MORAIS, Armando de. Notas do tradutor. In: BROOKS, Cleanth. *Crítica literária: breve história*. Trad. Yvette Centeno e Armando de Moraes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

NEWMARK, Peter. *A textbook of translation*. London: Prentice Hall, 1988.

PEREIRA, Miguel Serras. Prefácio. In: FALLACI, Oriana. *INCHALLAH*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

QUINTELA, Paulo. Prefácio. In: BRECHT Bertolt. *Poemas e canções*. Seleção e versão portuguesa de Paulo Quintela. Coimbra: Livraria Almedina, 1975.

WEAVER, William. The process of translation. In: BIGUENET, John; SCHULTE, Rainer (eds.). *The craft of translation*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1989.

YOUNG, Jeffrey S.; SIMON, William L. *iCon*. Trad. Jorge Almeida e Pinho. Porto: Quidnovi, 2005.